

# 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

27 a 30 de agosto de 2009  
Brasília - DF

*Segurança com cidadania nas escolas:  
participe dessa mudança!*

## Texto-Base das Escolas

Ministério da Justiça - Brasília 2009

**Ministro da Justiça:** *Tarso Genro*

**Secretário Nacional de Segurança Pública:** *Ricardo Balestreri*

**Diretor Geral do Departamento Penitenciário Nacional:** *Airton Michels*

**Coordenação Executiva:**

*Coordenadora Geral: Regina Miki*

*Secretária Executiva: Fernanda dos Anjos*

*Secretária Executiva Adjunta: Mariana Carvalho*

*Coordenadora de Capacitação: Beatriz Cruz*

*Coordenador de Comunicação: Marcelo de Paiva*

*Coordenador de Infraestrutura: Antonio Gianichini*

*Coordenador de Metodologia: Fábio Deboni*

*Coordenador de Mobilização: Guilherme Leonardi*

*Coordenador de Projetos Especiais: Fernando Antunes*

*Assessora Especial da Coordenação Executiva: Luciane Patrício*

*Assessora de Assuntos do Sistema Penitenciário: Márcia de Alencar*

**Assessora de Escolas e Juventude:** *Amanda Ayres*

**Consultora para elaboração do Texto-base:** *Miriam Abramovay*

**Projeto gráfico e diagramação:** *Tati Rivoire*

**Contato:** *projetosespeciais@conseg.gov.br*

**Portal:** *www.conseg.gov.br*

**Equipe:**

*Adriana Faria, Alberto Kopittke, Alessandro Mendes, Alex Dias de Souza, Ana Carla Maurício, André Arruda, Anelize Schuler, Ângela Simão, Atahualpa Coelho, Cíntia Luz, Clarissa Jokowski, Cláudia Gouveia, Daisy Cordeiro, Daniel Avelino, Daniella Cronemberger, Denis Torres, Élide Miranda, Fernanda Barreto, Flávio Tomas, Gisele Barbieri, Gisele Peres, Heloísa Greco, Henrique Dantas, Leandro Celes, Leidiane Lima, Maria Gabriela Peixoto, Maria Thereza Teixeira, Mariana Levy, Mateus Utzig, Priscilla Oliveira, Rafael Santos, Regina Lopes, Renata Florentino, Rodrigo Xavier, Rosier Custódio, Sady Fauth, Sheila Almeida, Socorro Vasconcelos, Thales de Moraes, Verônica dos Anjos, Verônica Lins e Wagner Moura.*

# ÍNDICE

<i>Texto-base das escolas</i>	3
<i>1. O contexto da segurança pública</i>	5
<i>2. A escola</i>	8
<i>3. O que é violência e qual é a razão de se falar dela nas escolas?</i>	9
<i>4. Tipos de violência que acontecem na escola</i>	10
<i>5. Quais são os efeitos da violência para a escola?</i>	13
<i>6. E agora, o que fazer?</i>	13



## *Texto-base das escolas*



A 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), organizada pelo Ministério da Justiça, com base em um novo modelo iniciado pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), representa um marco histórico na política nacional, por permitir que uma pluralidade de atores tenha oportunidade de participar do debate sobre os rumos da segurança pública no país, na medida em que se constitui como uma iniciativa inédita no enfrentamento da criminalidade no país. O Pronasci articula políticas de segurança com ações sociais, prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de promoção da segurança pública e da cidadania.

A 1ª Conseg é um valioso instrumento de gestão democrática, no qual todas as pessoas, entidades governamentais e não governamentais e profissionais da área definirão coletivamente propostas que fortaleçam a segurança pública e atendam verdadeiramente os direitos de todos os cidadãos e cidadãs.

A educação e a segurança são direitos fundamentais de nossa sociedade. Por isso, o Ministério da Justiça e o Ministério da Educação se unem para convidar as escolas, os professores, os estudantes e toda a comunidade escolar a participar da **Semana de Mobilização e Debate: Segurança com Cidadania nas Escolas**, como parte das etapas da 1ª Conseg. O foco da discussão é o Eixo Temático 5 da Conferência: Prevenção social do crime e das violências e construção da cultura de paz.

Para essa Semana, foram preparadas diversas atividades de sensibilização, com os temas da segurança e do enfrentamento da violência. As atividades propostas para o evento são: 1) Conferência livre segurança com cidadania nas escolas – como enfrentar a violência?; 2) Mostra de vídeo; 3) Festival de música; 4) Concurso de desenho; e 5) Concurso de escolas com participação cidadã.

A participação das escolas e o envolvimento dos estudantes são fundamentais nesse processo, pois só a comunidade escolar vivencia efetivamente as dificuldades encontradas no cotidiano da educação e pode oferecer possíveis saídas para enfrentarmos juntos os problemas constatados. O presente texto visa embasar e incentivar a **Semana de Mobilização e Debate: Segurança com Cidadania nas Escolas**. Trata-se de um texto direcionado para você, professor, a fim de que possa orientar as atividades. Após a leitura e apreensão do texto, sugere-se que os docentes trabalhem as propostas do *Roteiro Orientador de Atividades para Conferência Livre na Escola* (disponível no portal [www.conseg.gov.br](http://www.conseg.gov.br), link *Projetos Especiais*).

O texto divide-se em três partes principais. A primeira traz considerações sobre as políticas de segurança pública e a construção de um novo paradigma de segurança, baseado na defesa dos ideais de cidadania e de prevenção. A partir desses ideais, o papel preventivo da escola será analisado em consonância com questões relativas à adolescência e à juventude – e sua exposição às vulnerabilidades – e às relações com a família e a comunidade.

Na segunda parte, a atenção está fixada na discussão sobre violências nas escolas, iniciando pela apresentação e explanação do fenômeno, para então trabalhar os diversos tipos e ocorrências dessas violências, propondo estratégias para enfrentá-las. Também apresenta algumas das principais consequências que elas acarretam na convivência e na segurança da escola.

O último tópico apresenta, resumidamente, algumas das considerações atuais sobre prevenção das violências nas escolas.

O tema é difícil e envolve muitas características diferentes da vida social, mas por isso mesmo é extremamente importante e instigante. Ao discutir a segurança, a escola pode assumir um papel ativo para evitar as práticas de violência e apresentar, para a sociedade e para o poder público, a proposta que precisa e que quer para lidar com a sua realidade.

Ao aceitar esse desafio, a escola não estará sozinha. Toda a rede organizada de promoção da segurança pública e de prevenção da violência que participa da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (gestores, trabalhadores da área e a sociedade civil organizada) passa a ser sua parceira. A atuação e o diálogo integrados desses agentes públicos – de educação e de segurança pública – trazem benefícios para todos os envolvidos na vida escolar: professores, funcionários, comunidade e alunos.

Pensando neles, é reforçado este convite para construir a política nacional de segurança pública.



# 1. O contexto da segurança pública

## 1.1. O modelo tradicional

Diante de um cenário recente de aumento das taxas de violência e de criminalidade, em especial nos grandes centros urbanos<sup>1</sup>, verificou-se o crescimento do medo do crime e a preocupação com a segurança pública passou a ocupar parte significativa do debate público. Diante desse quadro, começaram a surgir demandas por mais segurança e por maior repressão à criminalidade, segundo um modelo reativo à ocorrência de crimes marcantes e violentos. Discursos a favor de aumento de penas, da redução da maioria penal, da criminalização de um maior número de conduta, de uma polícia mais dura e de prisão sem direitos passaram a pautar o debate público sobre o tema.

No entanto, ao mesmo tempo em que essas demandas se fortaleceram e as respostas da área de segurança pública seguiram a lógica da reação, o aumento da criminalidade e da violência deixou claro que a simples repressão não era suficiente para lidar com a complexidade do problema. O aumento de penas e a restrição de benefícios para tipos específicos de crime, o aumento do efetivo policial e a construção de mais presídios, pura e simplesmente, não foram suficientes para conter a criminalidade.

Entre as sequelas mais relevantes, podemos citar:

- ❁ Desconfiança da população em relação à polícia e vice-versa;
- ❁ Níveis elevados de violação dos direitos humanos, como tortura e execuções extrajudiciais;
- ❁ Corrupção, como consequência de décadas de funcionamento autônomo, sem necessidade de prestar contas à sociedade;
- ❁ Resquícios das “doutrinas de segurança nacional” (segundo as quais a população é uma inimiga interna), que deixaram marcas na cultura policial.

A desconfiança mútua entre a população e as polícias não é certamente um facilitador para a implantação de filosofias como a polícia comunitária ou outras estratégias de segurança pública que pressupõem a colaboração ativa entre polícia e sociedade, como os Conselhos Comunitários de Segurança ou o Disque-Denúncia, para lembrar alguns<sup>2</sup>.

Assim, para compreender a visão tradicional sobre a segurança pública, é preciso ter em conta que, a partir da abertura democrática, a transição das instituições de segurança pública é algo lento e gradual, marcada por uma herança do período da ditadura militar e que, portanto, a lógica de trabalho existente até então era predominantemente reativa.

Dessa forma, sobre o velho paradigma da segurança pública:

- ❁ O paradigma é *militarista* - por operar com a ideia de que a desordem e os conflitos precisam ser combatidos, extirpados e sufocados;
- ❁ O **foco** está exclusivamente **na reação**, no agir depois que o conflito se instaura. Logo, não há espaço para pensar a prevenção;
- ❁ O paradigma tradicional é *penalista* - ideia de que a violência e a criminalidade podem ser reduzidas a partir da capacidade que os órgãos de segurança pública e justiça criminal possuem de prender criminosos, ou seja, pela aplicação da lei penal<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> A década de noventa no Brasil foi marcada pelo crescimento nas taxas de criminalidade e violência. Em relação às taxas de homicídios por 100 mil habitantes, por exemplo, houve um crescimento de 26,4%, variando de 20,9, em 1991, para 28,4 em 2002 (Fonte: Waiselfisz, 2002. SIM/Datasus).

<sup>2</sup> KAHN, Túlio. Obstáculos às políticas de segurança na América Latina. In: São Paulo em Perspectiva. v. 21 n.1. São Paulo: Fundação Seade. Jan/jun.2007.

<sup>3</sup> RICARDO, Carolina de Mattos e CARUSO, Haydée. Segurança Pública: um desafio para os municípios brasileiros. In: Revista Brasileira de Segurança Pública, Ano1. Ed. 1, 2007. Com adaptações.

## 1.2. Novo modelo: a segurança com cidadania

Um novo modelo vem sendo discutido, o qual afirma que, em sociedades democráticas, a segurança pública deve servir como elemento de concretização da cidadania, unindo a segurança de cada cidadão com a segurança da coletividade. Para isso, o direito à liberdade e à construção de coesão social deve ser garantido, buscando-se uma melhor convivência.

É preciso reconhecer que a segurança – e sua garantia na condição de direito – é premissa fundamental para a efetivação de uma noção plena de cidadania. Esse é, inclusive, um dos pontos principais abordados no Texto-base da 1ª Conseg.

Outra importante transformação no campo da segurança foi o avanço em relação à dicotomia repressão versus prevenção. Até bem pouco tempo, essas eram visões antagônicas.

A partir do acúmulo ao redor da temática, tanto acadêmico quanto prático, essa dicotomia deixou de fazer sentido. Passou-se a entender que as ações de segurança pública, para serem efetivas, precisam executar práticas de controle da criminalidade e da violência (repressivas), ao mesmo tempo em que são necessárias medidas preventivas, para trabalhar diretamente nas causas e na origem dos problemas, antes que eles ocorram. São estratégias combinadas e complementares.

A lógica é a da promoção da segurança. Da mesma forma que o movimento da saúde transformou o paradigma tradicional “de tratar a doença depois de instalada”, para prevenir e promover políticas de saúde como um direito básico e universal, o novo paradigma de segurança procura fazer o mesmo. Ou seja, prevenir a ocorrência dos crimes e violências é promover a segurança como um direito básico e universal.

Outra característica do novo paradigma da segurança pública é o fim do mito de que prevenção gera resultados apenas no longo prazo. As estratégias preventivas, se bem planejadas e focalizadas em problemas e situações específicas, também geram resultados no curto e médio prazos.

Para que a segurança possa ser implementada como um direito social, é necessária uma política pública e, para isso, que seja constituído um sistema composto por multiplicidade de atores: governos federal, estadual e municipal, trabalhadores da área, demais poderes, setor privado, organizações da sociedade civil, escolas e comunidade. Todos passam a ser responsáveis pela promoção da segurança.

No caso da escola, esse envolvimento com o tema faz ainda mais sentido, uma vez que nem todas as violências que ocorrem no seu ambiente representam delitos, mas afetam a convivência escolar e podem levar ao cometimento de violências maiores e até mesmo crimes. Uma postura preventiva, tanto da escola como de alunos, família e policiais, propicia um clima escolar favorável à resolução não violenta de conflitos.

Dessa forma, já podemos identificar os elementos desse novo paradigma da segurança pública e sua característica de direito social:

- ✿ O foco é o cidadão;
- ✿ Alia ações repressivas, democráticas e dentro da lei, com preventivas;





- Demanda planejamento;
- Deve buscar e promover segurança, muito mais do que remediar problemas de violência e criminalidade;
- Pressupõe um sistema integrado com a participação de todas as instâncias de governo e da comunidade e sociedade civil.

A postura adotada pelo governo federal com a criação do **Pronasci** ilustra uma mudança de referencial em relação às políticas de segurança pública. O programa promove a junção de políticas de segurança com ações sociais, iniciativa claramente baseada nesse novo paradigma de segurança. Uma das principais ideias trazidas pelo **Pronasci**, presente igualmente no Texto-base da 1ª Conseg, é a filosofia de policiamento comunitário, na qual órgãos da segurança pública combinam sua ação com outros atores capazes de diminuir o risco:

*O policiamento comunitário é, reconhecidamente, uma das premissas fundamentais para o sucesso de uma política de segurança pautada pela perspectiva de prevenção. Isso porque polícia comunitária é, na verdade, a combinação de uma filosofia e de uma estratégia organizacional fundadas, essencialmente, na parceria entre a população e as instituições de segurança pública e de defesa social. Dessa forma, em seu trabalho, a polícia comunitária associa e valoriza dois fatores tradicionalmente separados: a identificação e a resolução de problemas de defesa social com a participação da comunidade e a prevenção criminal. (Texto-base da 1ª Conseg - p. 32)*

A relação entre polícia e escola é recente, sendo o corpo policial chamado para conter casos de invasão, armas e drogas e situações de conflitos, como brigas e ameaças. Em alguns casos, quando as operações são muito recorrentes ou não são demandadas e compreendidas pelos alunos, os policiais passam a ser vistos como figuras de intimidação e amedrontamento, reforçando uma visão negativa da polícia. Essa parceria, para ter caráter positivo, poderia ser discutida nas escolas por todas as partes interessadas, buscando um trabalho conjunto.

A questão da segurança na escola deve incorporar, sobretudo, medidas preventivas, conhecendo como se dão essas violências e quais são seus fatores de risco para poder lidar com elas. O envolvimento da instituição escolar é fundamental, pois “quando se trata de combater a violência de uma perspectiva preventiva, a escola constitui uma plataforma estratégica de ação”<sup>4</sup>. Isso ocorre porque a escola pode prevenir algumas situações de exclusão, mas também porque ela pode fazer com que os jovens aprendam a resolver seus conflitos de maneira não violenta. Vários autores ressaltam a importância de que a escola em tempos de violência<sup>5</sup> seja contraponto a uma cultura de maldade, já que ela pode propiciar uma rede de segurança social-afetiva complementar à família, sendo um espaço de potenciais vínculos entre pares e com adultos.

<sup>4</sup> SOARES, A Escola e as Manifestações da Violência. O Globo, Rio de Janeiro, Novembro 2001 Disponível em: [http://www.luizeduardosoares.com.br/docs/escola\\_e\\_manifestacoes\\_violencia.doc](http://www.luizeduardosoares.com.br/docs/escola_e_manifestacoes_violencia.doc)

<sup>5</sup> ABRAMOVAY, M. & CASTRO, M. Caleidoscópio das violências nas escolas. Brasília: Missão Criança, 2006.





## 2. A escola

Segurança e cidadania também se aprendem na escola. O ambiente escolar é fundamental para o desenvolvimento da autonomia, da capacidade crítica, da busca pela emancipação, bem como da formação de identidade. A escola torna-se, ainda, uma instituição-chave no fortalecimento de uma cultura que valorize elementos como o diálogo, o respeito e a boa convivência<sup>6</sup>.

Não dá para esquecer que a maioria dos jovens e adolescentes também passa pela escola. A juventude é o segmento mais atingido pela violência, algo que lhe oferece um risco social, trazendo efeitos nocivos sobre suas vidas. Dessa maneira, tomar atitudes preventivas e que respeitam os direitos humanos dentro desse ambiente é estratégia importante para o enfrentamento das violências, não só pelas polícias, mas por toda a sociedade.

Além de serem vulneráveis às situações de violência, os adolescentes e jovens são, muitas vezes, tolhidos em relação a sua liberdade de expressão, em um fenômeno conhecido como “adultocentrismo”<sup>7</sup>. Trata-se de uma relação desigual e de tensão entre adultos e jovens, já que o que é considerado bom ou certo é definido pelos adultos e imposto aos demais grupos. Essa questão é geradora de conflitos, principalmente com adolescentes e jovens que têm uma cultura própria e se sentem, muitas vezes, desrespeitados, além de que se não compreenderem as regras dos adultos podem cometer atos transgressores.

Uma importante questão a ser levada em consideração na formulação das regras e sanções é o respeito aos símbolos relacionados às culturas juvenis. A cultura escolar precisa demonstrar receptividade à linguagem e às várias formas de expressão juvenil<sup>8</sup>. As novas gerações são portadoras de diferentes culturas e, quando a escola proíbe certos acessórios e vestimentas que são próprios da cultura juvenil, podem ocorrer vários conflitos e prejudicar a aproximação entre adultos e adolescentes e jovens.

*A educação para uma boa convivência e para a resolução de conflitos tem consequências positivas para além do ambiente escolar, permeando outros contextos, modificando o comportamento de adolescentes, jovens e adultos nas mais diversas situações.*

6 DELORS, J. et. al. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez Brasília: MEC, Unesco, 2001

7 KRAUSKOPF, D. Dimensiones críticas en la participación social de las juventudes. In: BALARDINI, S. (coord.) La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo. Buenos Aires: Clasco, 2000.

8 Abramovay e Castro, op.cit.

As especificidades apresentadas pela adolescência e juventude com relação à violência também indicam que os adolescentes, jovens e professores devem se converter em atores ativamente envolvidos nas deliberações relacionadas à segurança pública no país. Nesse sentido, é fundamental escutar o que esse público tem a dizer sobre suas próprias vulnerabilidades e sobre as formas possíveis de melhor lidar com os problemas que assolam o seu dia a dia. É também daí que vem a importância da participação das escolas no processo da 1ª Conseg: jovens, adolescentes e professores precisam se sentir parte desse processo de diálogo social e compreender o valor que possuem as suas contribuições para a formulação de políticas públicas mais adequadas à sua realidade.

A escola é, igualmente, um ponto de encontro com instâncias como a família e a comunidade. Quando a escola se propõe a desenvolver relações diretas com a comunidade e a família, ela forma uma rede de personagens envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e na busca por maior segurança em geral. A participação conjunta entre essas instâncias – cada qual com suas respectivas experiências, percepções e opiniões sobre o cotidiano vivenciado – permitiria o envolvimento nas decisões tanto da escola quanto da comunidade, ultrapassando os assuntos que dizem respeito ao aluno individualmente e atingindo os interesses e necessidades de todo o grupo social em questão.

A aproximação dos familiares e da comunidade com a instituição escolar pode gerar o fortalecimento de uma ação conjunta para tratar das dificuldades cotidianas, que muitas vezes atingem a todas essas esferas. Estratégias de prevenção da criminalidade e da violência, tanto dentro quanto fora da escola, podem ser, assim, coletivamente desenhadas, contornando as vulnerabilidades que atingem a adolescência e a juventude e construindo um ambiente mais seguro para todos.

### 3. O que é violência e qual é a razão de se falar dela nas escolas?

O que é considerado violência depende do contexto histórico, tendo em vista que aquilo que em uma época pode ser visto como extremamente violento, em outra pode representar uma atitude cotidiana, banal. Contudo, apesar dessas variações, costuma-se considerar de uma forma geral que a violência existe quando a força ou o poder de um é imposto ao outro, maltratando-o física e/ou psicologicamente<sup>9</sup>.

Agressões físicas que machucam e causam dor são claramente entendidas como violência. Porém, não são somente esses atos que violam o sujeito: agressões verbais, xingamentos, ameaças, ofensas e discriminações são ações verificadas no cotidiano e também atingem o indivíduo das mais diversas formas<sup>10</sup>.

#### A violência pode ser entendida como<sup>11</sup>

- ⊗ *Tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de alguém;*
- ⊗ *Todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar);*
- ⊗ *Todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como direito. Consequentemente, violência é um ato de brutalidade, maus-tratos e abuso físico ou psíquico contra alguém e caracteriza relações sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e pelo terror.*

<sup>9</sup> ORTEGA, R. & MORA, M. *Agresividad y violencia. El problema de La victimización entre escolares*. In: *Revista de Educación*, nº 313. Madrid, 1997.

<sup>10</sup> DEBARBIEUX, E. *La violence en milieu scolaire: état des lieux*. Paris: ESF Éditeur, 1999.

<sup>11</sup> CHAUÍ, M. *Uma ideologia perversa: explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível*. In: *Folha de São Paulo*, 14 de março de 1999. Com adaptações.

A escola, portanto, enfrenta uma série de problemas relacionados à violência, tanto aquela que surge fora das escolas, quanto aquela reproduzida dentro do espaço escolar.

*É importante ressaltar que as violências nas escolas atingem professores, alunos, diretores, coordenadores, família, comunidade e instâncias de policiamento. Não é um fenômeno unilateral no qual uma parte ataca outra. Pelo contrário, são relações que se tornaram abusivas em vários aspectos.*



#### 4. Tipos de violência que acontecem na escola

Uma classificação bastante comum faz uma divisão entre violências físicas (ou duras), simbólicas (ou institucionais) e microviolências<sup>12</sup>:

<sup>12</sup> Abramovay e Castro op.cit.

<sup>13</sup> Abramovay e Castro op.cit.

- ✿ **Violência física ou dura:** Os atos contra a integridade, como suicídios, brigas, furtos, assaltos, homicídios etc.
- ✿ **Violência simbólica ou institucional:** revela-se nas relações de poder, aquele que é violado não consegue se defender, por ser mais fraco na relação de poder. São exemplos as discriminações, as ameaças contra os menores e as regras que desrespeitam a autonomia dos alunos, entre outras.
- ✿ **Microviolências:** são os atos de “incivilidade”, humilhações, xingamentos e falta de respeito, que rompem com as regras de convivência e podem minar a autoestima dos indivíduos. São caracterizadas pela manifestação de palavras e gestos que questionam potencialidades, identidades e desejos. Elas podem reforçar o sentimento de insegurança dos indivíduos em relação à escola, porque têm uma significativa influência na qualidade das relações sociais empreendidas nesse espaço<sup>13</sup>.

#### 4.1. Você identifica alguns desses casos ao redor da sua escola?

Os parágrafos abaixo destacam algumas das principais ocorrências de violências dentro do ambiente escolar:

- ❁ **Presença de gangues** nos arredores ou na escola: elas interferem quando se posicionam contra alunos ou professores. Isso acontece, muitas vezes, quando as rixas se perpetuam com pessoas de dentro da escola, estando a violência praticada pelas gangues muitas vezes associada à demarcação de territórios reais ou imaginários. Desrespeitar as regras erguidas por esses grupos pode ser um perigo, levando a rivalidades e embates<sup>14</sup>. Quando essa situação ocorre, os alunos podem ficar em estado de alerta, o que, conseqüentemente, cria um clima de tensão face às iminentes brigas. Como resultado, alguns estudantes sentem-se inseguros nos percursos entre a casa e a escola, dificultando o seu ir e vir.
- ❁ **Quadrilhas ligadas ao narcotráfico**, que em geral são bastante diferentes das gangues<sup>15</sup>. O tráfico de drogas altera a rotina das escolas situadas em sua órbita de influência. A presença constante de traficantes nos arredores e dentro da escola facilita e amplia o acesso dos jovens às drogas, não sendo raras as situações de compra e venda de drogas nas escolas e nos seus limites periféricos. Embora não exerçam papel central no comércio, alguns alunos podem ser envolvidos na distribuição de pequenas quantidades de droga, por meio de funções periféricas, atuando, por exemplo, como *aviõezinhos* ou *mulas*<sup>16</sup>. Acabam se aproximando do tráfico, seja por uma questão econômica, seja para obter prestígio ou *status* junto a seus pares.
- ❁ A **presença e o uso de armas nas escolas** é um tema recorrente nos discursos dos alunos, professores e da equipe de direção. As armas mais vistas nas escolas são as **armas brancas**, que podem cortar, rasgar e até mesmo matar a vítima. Essas são mais acessíveis, mais baratas e podem ser encontradas na própria casa. A posse de uma arma em situações de conflito aumenta a probabilidade de que desentendimentos e brigas tenham um final trágico.
- ❁ Apesar de em menor incidência, as **armas de fogo** também estão presentes em alguns ambientes escolares. O fenômeno acompanha a utilização de armas e a correspondente facilidade para comprá-las de forma irregular e clandestina. A arma pode representar ação e força para quem a ostenta, sendo um símbolo de poder, de masculinidade e de desafio a determinadas normas do convívio social.
- ❁ **Ir à escola torna-se uma tarefa perigosa**. Por vezes, em determinadas situações, os seus arredores são considerados os principais ambientes de ocorrência de violência, principalmente os que ficam perto de bocas de fumo ou estão em território de gangues. Muitos alunos são vítimas de assaltos e brigas no percurso casa-escola. O horário de saída também é, frequentemente, problemático pelas brigas entre alunos, combinadas dentro da escola e realizadas na saída<sup>17</sup>.

#### 4.2. Você percebe alguns desses casos dentro da sua escola?

- ❁ O **clima escolar ruim** é um dos maiores causadores de comportamentos violentos. Os conflitos existem, mas a forma como esses conflitos são levados define o nível de respeito nos tratamentos entre as pessoas e o tipo de atitude a ser tomada nas mais diversas situações.
- ❁ O **preconceito e a discriminação** estão intimamente ligados à dificuldade de se lidar com o considerado diferente. Podem ser citados vários tipos de discriminação, estando, por exemplo, entre eles: a discriminação por a pessoa ser ou parecer homossexual, pela raça/cor/etnia, pelas roupas usadas, por ser pobre, pela religião seguida, por apresentar deficiências, pelas características físicas (alto, baixo, gordo, magro, usar óculos etc.). Esses tipos de preconceito infelizmente parecem estar en-

14 Abramovay et. al.  
op. cit

15 GUIMARÃES, Maria  
Eloísa. *Escola, galeras  
e narcotráfico*. Tese de  
Doutorado, PUC/RJ, Rio  
de Janeiro, 1995.

16 ABRAMOVAY, M.;  
CUNHA, A. L.; CALAF,  
P. *Revelando tramas,  
descobrimos segredos:  
violência e convivência  
nas escolas*. Brasília:  
RITLA, SEEDF, 2009.

17 Idem.

raizados não só nas relações entre os alunos, mas também entre alunos e professores (e vice-versa) e, ainda, entre os próprios professores<sup>18</sup>. As brincadeiras podem resultar em preconceitos que muitas vezes são passados de geração em geração, sendo instrumentos de humilhação<sup>19</sup>.

- ❁ A **homofobia** (discriminação contra homossexuais) baseia-se em significados culturais que condenam práticas que fogem do padrão heterossexual.
- ❁ O **racismo**, por sua vez, pode ocorrer quando o outro é considerado inferior por suas características físicas, por sua cultura e ancestralidade e avaliado por estereótipos que diferem do padrão racial socialmente privilegiado.
- ❁ Quanto à **discriminação pela pobreza**, esse preconceito é muito manifestado na cultura brasileira, elitista, sendo também reproduzido nas escolas. Pode gerar apelidos e ofensas endereçados àqueles considerados mais pobres.
- ❁ A **agressão física** é encarada como violência à medida que a força é usada para intimidar, diminuir e machucar o outro. Muitas vezes ela é entendida como própria de determinada faixa etária, que por essência carregaria comportamentos agressivos. Além de essa consideração ser muito reducionista, existe uma confusão entre agressividade e agressão<sup>20</sup>: nem toda agressividade desemboca em agressão ou violência (isso ocorre quando o conflito não é resolvido de outra forma).
- ❁ Pegar o que não lhe pertence (**furto**) se caracteriza como um dos tipos de micro-violências que ocorrem na escola. Essas ações podem soar como brincadeiras de mau gosto entre colegas ou mesmo serem entendidas como um tipo de diversão em pegar coisas, além do desejo de se apropriar de objetos de consumo. Ocorre uma banalização – por parte não só de alunos, mas também da escola – que tende a diminuir a gravidade do fenômeno, além de omitir o significado de desrespeito ao outro e da ideia de violência contidos em atos dessa natureza. Contudo, uma frequência grande de casos de furtos pode acarretar um sentimento de não-pertencimento a esse espaço, bem como provocar um sentimento de desconfiança na escola e nas relações sociais ali estabelecidas.
- ❁ **Ameaçar** alguém consiste em incitar insegurança no outro com a promessa de uma atitude prejudicial que pode ser tomada contra ele. Tem potencialmente um alto grau de eficácia, fazendo com que a vítima se submeta àquele que abusa ou sinta necessidade de se afastar ou mesmo limitar sua liberdade de ir e vir. Muitas dessas ameaças estão presentes nas relações sociais que tomam parte nas escolas, funcionando como intimidação e inspirando medo ou terror. A ameaça age naquilo que causa pânico, ao ponto de fazer o outro aceitar as regras e imposições daquele que intimida – o que ocorre tanto na relação entre alunos quanto nas relações de professores com alunos e de alunos com professores.

18 Idem.

19 CASTRO, M. & ABRAMOVAY, M. (Coord.) *Relações raciais nas escolas: reprodução de desigualdades em nome da igualdade*. Brasília: Unesco, 2006.

20 COLSIN, P. *À propos des comportements violents observés au sein des collèges*. In: CHARLOT, B. & ÉMIN, J. *Violence à l'école: état des savoirs*. Paris: Editora Armand Colin, 1997.

Falar dos diversos tipos de violência é uma forma de desmistificar o problema, tornando essa realidade mais palpável. Até porque a partir da compreensão de que cada ato violento tem suas particularidades, as possibilidades de intervenção são maiores, pois é possível descobrir as causas e os efeitos.

*As violências nas escolas são danosas para os diretamente envolvidos e para todo o ambiente escolar, pois minam a boa convivência, fazendo com que os indivíduos se sintam inseguros, desatentos e desinteressados. O ambiente se torna mais propício aos conflitos, porque o respeito e a consideração que se tem com a escola e com os outros se enfraquece.*

## 5. Quais são os efeitos da violência para a escola?

A escola não está imune ao medo e à incerteza (ligada a uma sensação de insegurança e a ameaças que a escola está sujeita) e à consequência da violência que marca certas áreas urbanas. Vale ainda registrar que, em muitas localidades, há instalações precárias dos prédios escolares, falta de pessoal, deficiência no cumprimento de regras e falta de mecanismos de diálogo.

Boa parte dos alunos afirma que as violências no ambiente escolar impedem que eles se concentrem nos estudos, sendo que alguns declaram que ficam nervosos e chegam a perder a vontade de ir à escola, faltam constantemente às aulas e muitas vezes abandonam a escola. Os professores declaram ainda que perdem o estímulo, a vontade de trabalhar e não conseguem se concentrar nas aulas<sup>21</sup>.

As situações de violência repercutem sobre a aprendizagem e a qualidade de ensino tanto para alunos como para professores. A escola perde o caráter de espaço de socialização, de aprendizagem de valores éticos e de formação de espíritos críticos, pautados no diálogo e no reconhecimento da diversidade.

Uma questão fundamental é que as violências se traduzem em uma série de problemas concretos: a alternância de professores, diretores e funcionários; o abandono e repetência por parte dos alunos; a desvalorização social daquela escola, que fica marcada por estigmas e estereótipos que, conseqüentemente, recaem, mais uma vez, nos seus alunos, familiares e comunidade.

Aquilo que é socialmente construído pode ser socialmente desconstruído. As relações que causam a violência podem ser repensadas e superadas a partir do diálogo e do envolvimento de toda a comunidade escolar.



## 6. E agora, o que fazer?

É interessante que cada comunidade reflita e decida sobre propostas que se encaixem em suas realidades (já que ninguém melhor do que as pessoas envolvidas diariamente com as situações de violência para delinear o que é bom ou ruim para a sua escola).

21 ABRAMOVAY, M. & RUA, M. G. Violências nas escolas. Brasília: Unesco, Banco Mundial, Unaid, Usaid, Fundação Ford, Consed, Undime, 2004.

- ✿ **Realização de diagnósticos:** é importante conhecer a fundo a realidade da escola e seus problemas, o que permite ter uma noção mais clara do que está ocorrendo e identificar estratégias adequadas para buscar melhorias.
- ✿ A **mediação de conflitos** é uma ferramenta cada vez mais comum para se lidar com a resolução não violenta dos conflitos que emergem no espaço escolar. De forma bastante sucinta, ela consiste em usar de uma pessoa da própria comunidade, que tenha uma posição neutra, para acompanhar o diálogo entre as partes envolvidas no conflito, no qual serão discutidas formas de concessão e negociação para que um acordo entre as partes seja possível. Essa forma de resolução tem a ver com um bom clima escolar, com maior respeito e consideração pelos indivíduos.
- ✿ Outra maneira de aprimorar a convivência é estabelecendo **canais de diálogo aberto** entre alunos, professores, diretores e quaisquer outros personagens da escola. Nesse sentido, as decisões e as regras são discutidas com o envolvimento de todos, aumentando o sentimento de pertencimento e propiciando maior respeito com a escola e com as próprias pessoas.
- ✿ **Parceria com a família:** A família é, também, importante parceira da escola, uma vez que ambas assumem a posição de educadoras. É interessante aproximá-las para entender suas vulnerabilidades, limites e potencialidades, para que ambos possam colaborar na ação contra os problemas de convivência e violência nas escolas.
- ✿ **Parceria com a comunidade:** Além da família, agregar igualmente a comunidade torna-se uma estratégia fundamental na construção de um diálogo mais proveitoso. A comunidade deve sentir que a escola faz parte de seu contexto, que a manutenção de um ambiente seguro dentro e fora das escolas é interesse de todos e que ações conjuntas tendem a ser mais eficazes.
- ✿ **Prevenção de discriminações:** Em relação às ações discriminatórias, é fundamental conscientizar alunos, professores e policiais sobre o respeito à diversidade. Além disso, compreender que esses atos não são brincadeiras, e sim violências, de modo que aqueles que sofrem discriminação devem ser atendidos e ouvidos com atenção.
- ✿ **Relação com a polícia:** O policiamento é importante para inibir as violências ao redor das escolas e dialogar sobre os problemas que mais afetam esse ambiente. Um exemplo de ação policial envolvendo diretamente a comunidade foi o projeto Juventude e Polícia, de responsabilidade do Grupo AfroReggae, em parceria com o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec). Nesse projeto, a polícia foi levada pra dentro das escolas para trabalhar com música e arte juvenil junto com os alunos. A intenção foi aproximar a polícia dos jovens, minimizando as imagens negativas que esses atores criam entre si.
- ✿ O envolvimento de todos os **atores sociais**, alunos, funcionários, professores e diretores é imprescindível na transformação da realidade escolar. Eles devem ser chamados tanto para apontar quais são os problemas como para definir e implementar estratégias.
- ✿ O fortalecimento das **redes de proteção social** entre as escolas e outras instituições é fundamental para manter maior diálogo e trabalhar em parceria com as redes de apoio (administração regional, Conselhos Tutelares, Ministério Público e polícia, entre outros).
- ✿ O **incentivo de cursos** de grafite e restauração estimula o sentimento de pertencimento dos alunos com relação às escolas, levando-os a valorizar seu espaço físico.
- ✿ Estimular a criação de **grêmios ou entidades estudantis** de formato próprio. Aproveitar as experiências históricas sobre grêmios e também ampliar o leque de conhecimento sobre o tema são formas de promover cidadania por meio da participação em decisões políticas.



- ✿ Criar mecanismos de ampliação da **participação dos professores** nas decisões das escolas, de forma a diminuir o sentimento de desvalorização profissional.
- ✿ Promover a **sensibilização das famílias e da comunidade** em que se situa a escola com relação ao problema da violência e à prevenção da sua redução.

Não é à toa que muitas das propostas apresentadas têm interesse de criar programas que envolvam pais, alunos, professores, membros da equipe de direção e polícia. A convivência é baseada essencialmente no diálogo e quanto mais abrangente e democrático esse se estabelece, maiores são as chances de promover uma interação mais respeitosa.

*A escola deve ser uma grande aliada na desconstrução da violência, na edificação de uma cultura de melhor convivência e na quebra do círculo de violência por meio da melhoria da qualidade da educação, da segurança do espaço escolar e da promoção da resolução não violenta dos conflitos. A escola pode reverter o quadro de violência a que estão sendo submetidos os seus alunos, seja no ambiente familiar ou comunitário, e contribuir para a promoção da segurança pública.*

A segurança é um direito que deve ser garantido a todos e a todas, não apenas pela sua importância na vida em sociedade, mas por ser ele um direito básico que possibilita o exercício de vários outros direitos. Sem segurança, ficam prejudicados, por exemplo, o direito à educação, à liberdade, à saúde e à vida.

Discutir formas de minimizar as ocorrências de violências pela mobilização da própria comunidade escolar é um passo fundamental na construção de um novo paradigma de segurança pública. Nesse ponto, a escola deve desempenhar um papel de parceria na prevenção das violências, não apenas daquelas que ocorrem dentro de seus muros, mas daquelas que dizem respeito à comunidade como um todo.

A comunidade escolar pode, ainda, contribuir diretamente na 1ª Conseg e enviar propostas de princípios e diretrizes orientadores da política nacional de segurança pública.

Participe dessa mudança!

Confira o manual de Conferência Livre, o Metodológico Geral e o Texto-base geral da 1ª Conseg no portal **[www.conseg.gov.br](http://www.conseg.gov.br)**.



## Acesse o portal

Para manter-se informado sobre tudo o que acontece na 1ª Conseg, acesse o portal da Conferência. Além dos fóruns e salas de bate-papo das conferências virtuais, a página traz diversas informações relativas ao evento, como agenda geral, cadernos temáticos, relação de integrantes da Comissão Organizadora (CON) e da Coordenação Executiva, cronograma, legislação, informações detalhadas sobre as diversas etapas da Conferência e documentos importantes, como o Texto-base e os manuais metodológicos geral, das conferências livres e dos seminários temáticos.

O portal traz ainda notícias atualizadas regularmente e artigos de especialistas, parceiros e membros da CON, COE e COM. Também estão disponíveis para *download* todo o material de apoio da 1ª Conseg, como cartilhas, jornais, cartazes e pôsteres, entre outros.

[www.conseg.gov.br](http://www.conseg.gov.br)

# 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA



Ministério  
da Educação

Ministério  
da Justiça

